



# State Street Brasil S.A. - Banco Comercial

CNPJ nº 09.274.232/0001-02  
Avenida Paulista, 283/287 - 12º andar - Bela Vista  
CEP 01311-000 - São Paulo - SP  
Tel.: (11) 3027-5900

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras do State Street Brasil S.A. - Banco Comercial dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, acompanhados das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, configuradas pela Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). A pandemia de COVID-19 trouxe uma nova fonte de incertezas à atividade econômica global e o órgão Regulador bancário adotou medidas com o intuito de manter o sistema bancário estabilizado, com liquidez e capitalizado. Com vistas a preservação da segurança e saúde dos colaboradores, seus familiares, prestadores de serviços e clientes, o Banco adotou diversas medidas para adaptar o local de trabalho às diretrizes sanitárias e adicionalmente, tem quase a totalidade dos mesmos trabalhando de forma remota. A Pandemia COVID-19 não apresentou impactos negativos relevantes nas demonstrações financeiras. São Paulo, 02 de março de 2022.

Diretoria Executiva

### BALANÇO PATRIMONIAL em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Notas	Dezembro 2021	Dezembro 2020		Notas	Dezembro 2021	Dezembro 2020
<b>Ativo</b>				<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>		<b>1.974.855</b>	<b>151.479</b>	<b>Circulante</b>		<b>1.755.491</b>	<b>12.219</b>
Disponibilidades	4	73.897	960	Instrumentos financeiros			
Instrumentos financeiros				Depósitos a prazo	12	506.785	6.005
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	170.025	29.232	Obrigações por empréstimos no exterior	13	502.247	-
Títulos e valores mobiliários	5	1.006.811	120.528	Carteira de câmbio	7	720.279	-
Carteira de câmbio	7	720.291	-	Negociação e intermediação de valores	8	9.152	-
Outros ativos	9	3.831	759	Provisões			
<b>Não circulante</b>		<b>182.822</b>	<b>288.833</b>	Provisão para despesa de pessoal	16	5.045	3.864
Realizável a longo prazo		<b>173.534</b>	<b>280.914</b>	Credores diversos no país		<b>552</b>	<b>490</b>
Instrumentos financeiros				Outros pagamentos		<b>91</b>	<b>-</b>
Títulos e valores mobiliários	5	155.432	266.137	Outras		<b>1.005</b>	<b>157</b>
Ativos fiscais diferidos	10.b	4.484	1.408	Outros passivos			
Outros ativos	9	13.618	13.369	Sociais e estatutárias	14.b	4.164	-
Permanente		<b>9.288</b>	<b>7.919</b>	Fiscais e previdenciárias	10	<b>6.166</b>	<b>1.703</b>
Imobilizado de uso		<b>8.659</b>	<b>8.280</b>	Cobrança arrecadação de tributos		<b>5</b>	<b>-</b>
Intangível		<b>7.723</b>	<b>4.488</b>	Não circulante		<b>-</b>	<b>10.859</b>
(-) Depreciações e amortizações	(7.094)	(4.849)	(4.849)	Exigível a longo prazo		<b>-</b>	<b>10.859</b>
Depreciações acumuladas	(5.415)	(4.403)	(4.403)	Passivos fiscais diferidos		<b>-</b>	<b>10.859</b>
Amortizações acumuladas	(1.679)	(446)	(446)	<b>Patrimônio líquido</b>		<b>14</b>	<b>402.186</b>
				Capital social:			
				De domiciliados no exterior		<b>394.266</b>	<b>394.266</b>
				Reservas de lucros:			
				Reserva legal		<b>5.398</b>	<b>5.091</b>
				Reservas especiais de lucros - outras		<b>5.546</b>	<b>4.709</b>
				Outros resultados abrangentes		<b>(3.024)</b>	<b>13.271</b>
				Lucros ou prejuízos acumulados		<b>-</b>	<b>(103)</b>
				<b>Total do passivo</b>		<b>2.157.677</b>	<b>440.312</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>2.157.677</b>	<b>440.312</b>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de Reais)

	Notas	Capital social	Reservas de lucros Legal	Outras	Outros resultados abrangentes	Lucros ou prejuízos acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>394.266</b>	<b>5.091</b>	<b>2.414</b>	<b>13.711</b>	<b>-</b>	<b>415.482</b>
Alocação dos juros sobre capital próprio conforme AGO de 17/04/2020		-	-	2.295	-	-	2.295
Ajustes de avaliação patrimonial - títulos disponíveis para venda		-	-	-	(440)	-	(440)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(103)	(103)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>394.266</b>	<b>5.091</b>	<b>4.709</b>	<b>13.271</b>	<b>(103)</b>	<b>417.234</b>
Alocação dos juros sobre capital próprio conforme Ata de 31/12/2021		-	-	-	-	(4.899)	(4.899)
Ajustes de avaliação patrimonial - títulos disponíveis para venda		-	-	-	(16.295)	-	(16.295)
Lucro do exercício		-	-	-	-	6.146	6.146
Reserva legal	14.d	-	307	-	-	(307)	-
Outras reservas	14.e	-	-	837	-	(837)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>394.266</b>	<b>5.398</b>	<b>5.546</b>	<b>(3.024)</b>	<b>-</b>	<b>402.186</b>
<b>Saldos em 30 de junho de 2021</b>		<b>394.266</b>	<b>5.189</b>	<b>4.709</b>	<b>5.658</b>	<b>1.765</b>	<b>411.587</b>
Alocação dos juros sobre capital próprio conforme Ata de 31/12/2021		-	-	-	-	(4.899)	(4.899)
Ajustes de avaliação patrimonial - títulos disponíveis para venda		-	-	-	(8.682)	-	(8.682)
Lucro do semestre		-	-	-	-	4.180	4.180
Reserva legal	14.d	-	209	-	-	(209)	-
Outras reservas	14.e	-	-	837	-	(837)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>394.266</b>	<b>5.398</b>	<b>5.546</b>	<b>(3.024)</b>	<b>-</b>	<b>402.186</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### 1 | CONTEXTO OPERACIONAL

O State Street Brasil S.A. - Banco Comercial ("Banco") é uma instituição financeira privada, constituída sob a forma de Sociedade Anônima, autorizada a operar na forma de Banco Comercial e tem como objetivo social a prática de operações ativas, passivas e acessórias, inerentes à sua carteira comercial autorizada, bem como operações de Câmbio, além de quaisquer outras operações que venham a ser permitidas às Companhias da espécie, de acordo com as disposições legais e regulamentares, podendo participar do capital de outras Companhias, como sócia ou acionista.

#### 2 | APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Elaboração das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.639/07 e nº 11.941/09, com as normas do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN) e estão sendo apresentadas de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, embora nem todos tenham sido homologados pelo BACEN. Desta forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN: Resolução nº 5.566/08 - Redução ao valor recuperável de ativos - CPC 01 (R1); Resolução nº 4.524/16 - Efeito das mudanças nas taxas de câmbio e conversão das demonstrações contábeis - CPC 02 (R2); Resolução nº 4.720/19 - Demonstrações do fluxo de caixa - CPC 03 (R2); Resolução nº 4.636/18 - Divulgação sobre partes relacionadas - CPC 05 (R1); Resolução nº 3.823/09 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - CPC 25; Resolução nº 3.973/11 - Eventos subsequentes - CPC 24; Resolução nº 3.989/11 - Pagamento baseado em ações - CPC 10 (R1); Resolução nº 4.007/11 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificações de erro - CPC 23; Resolução nº 4.144/12 - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil financeiro - CPC 00 (R1); Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a empregados - CPC 03 (R1); Resolução nº 4.534/16 - Ativo Intangível - CPC 04 (R1); e Resolução nº 4.535/16 - Ativo Imobilizado - CPC 27. A partir de janeiro de 2020, as alterações advindas das Resoluções do CMN nº 4.720/19, 4.818/20 e Resolução BCB nº 2, de 2 de agosto de 2020, foram incluídas na demonstração contábil. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria e autorizadas a serem divulgadas em 02 de março de 2022.

#### 3 | PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) **Auração de resultado:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência. b) **Moeda funcional:** As demonstrações financeiras estão apresentadas na moeda do ambiente econômico primário na qual a entidade opera, em Reais (R\$), que é a moeda funcional do Banco, definidas conforme previsto na Resolução nº 4.524/16 do BACEN. c) **Caixa e equivalentes de caixa:** De acordo com a Resolução CMN nº 3.804/08, do Conselho Monetário Nacional, caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. d) **Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As aplicações prefixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas percentuais ao período futuro, e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. e) **Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são classificados conforme previsto na Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil e estão demonstrados levando em consideração os seguintes critérios de registro e avaliação contábil: *Títulos para negociação* - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são avaliados pelo valor de mercado. Os ajustes ao valor de mercado são contabilizados em contrapartida ao resultado do período; *Títulos disponíveis para venda* - aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, são avaliados pelo valor de mercado. Os ajustes ao valor de mercado são contabilizados em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários, que são transferidos para o resultado do período em que houver efetiva realização; *Títulos mantidos até o vencimento* - para os quais haja intenção e capacidade financeira da instituição de mantê-los em carteira até o vencimento. A capacidade financeira é definida em projeção de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de venda desses títulos (Circular nº 3.129/2002 do BACEN). São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data dos balanços, em contrapartida ao resultado do período. f) **Instrumentos financeiros derivativos:** *Operações de futuros* - de acordo com a Circular nº 3.082/02 e a Carta-Circular nº 3.026/02 do BACEN, os ajustes diários das operações de futuros são contabilizados pelo valor justo, com os ganhos e perdas, realizados e não realizados, reconhecidos diretamente no resultado do período. g) **Operações em moeda estrangeira:** As operações ativas e passivas com cláusula de variação cambial são atualizadas pela taxa de compra ou de venda da moeda estrangeira, na data das demonstrações financeiras, de acordo com as disposições contratuais. Os efeitos da variação cambial sobre as operações de moeda estrangeira estão distribuídos nas linhas das demonstrações do resultado conforme a natureza das respectivas contas patrimoniais. h) **Outros ativos e passivos:** Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base "pro rata" dia e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base "pro rata" dia. i) **Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda, quando devido, é calculado pela alíquota de 15%, com um adicional de 10%, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação. A contribuição social, quando devida, é apurada sobre o lucro ajustado na forma da legislação em vigor à alíquota de 15%. De acordo com o art. 32 a Emenda Constitucional nº 103 de 12 de novembro de 2019, a alíquota da contribuição social é de 20% a partir de 1º de março de 2020, sendo que no período de 1º de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021, a alíquota da contribuição social será de 25% conforme dispõe o art.1º da Lei 14.183 de 14 de julho de 2021. A alíquota de 20% retornará a partir de 1º de Janeiro de 2022. Os ativos e passivos fiscais diferidos sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, despesas temporariamente indutíveis e ajustes de marcação a mercado sobre instrumentos financeiros, quando existente, são reconhecidos pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização. j) **Imobilizado de Uso:** O imobilizado de uso é demonstrado pelo custo de aquisição, menos a depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear com base no tempo de vida útil estimado dos bens, pelas seguintes taxas anuais: instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, e sistema de processamento de dados e veículos - 20%. k) **Intangível:** O ativo intangível corresponde aos gastos com aquisição de sistemas, amortizados linearmente pela taxa máxima anual de 20%. l) **Depósitos:** São demonstrados pelos valores de exigibilidade e contemplos as variações monetárias, bem como os encargos incorridos até a

data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia. m) **Obrigações por empréstimos e repasses:** As obrigações em moedas estrangeiras são convertidas em moeda nacional pelas taxas de câmbio em vigor na data do balanço, divulgadas pelo BACEN, incorporando os encargos incorridos, demonstradas pelo valor atualizado até a data do balanço. n) **Resolução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor contábil de um bem ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável ou de realização. As perdas por impairment, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Até o momento não existem indícios de redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros. o) **Contingências:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, obrigações legais (fiscais e previdenciárias) e provisão para demandas judiciais e administrativas são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN, que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25 emitido pelo CPC. As provisões para passivos contingentes de natureza tributária, trabalhista e civil, quando aplicável, são constituídas e reavaliadas periodicamente pela Administração, que leva em consideração, entre outros fatores, as possibilidades de êxito das ações e a opinião de seus consultores jurídicos, bem como modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma mais adequada possível, apesar das incertezas inerentes ao seu prazo e valor. As contingências passivas são reconhecidas contabilmente quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação. p) **Resultado não recorrente:** De acordo com os critérios estabelecidos na resolução BCB nº 2/2020, a instituição deve evidenciar em nota explicativa, a natureza e origem ao resultado não recorrente, que não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros e que não estejam relacionados com as atividades típicas da instituição.

#### 4 | COMPOSIÇÃO DO CAIXA E DO EQUIVALENTE DE CAIXA

	Dezembro 2021	Dezembro 2020
- Disponibilidades em moeda nacional	16.006	960
- Disponibilidades em moeda estrangeira	57.891	-
<b>Total de disponibilidades</b>	<b>73.897</b>	<b>960</b>
- Aplicações em operações compromissadas	170.025	-
- Certificado de depósito interfinanceiro (CDI)	-	29.232
<b>Total de aplicações interfinanceiras de liquidez</b>	<b>170.025</b>	<b>29.232</b>
<b>Total de caixa e equivalente de caixa</b>	<b>243.922</b>	<b>30.192</b>

#### 5 | INSTRUMENTOS FINANCEIROS - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Composição da carteira de títulos e valores mobiliários por classificação:

	Dezembro 2021	Dezembro 2020
<b>Descrição</b>	<b>Valor de mercado</b>	<b>Valor de mercado/Contábil</b>
<b>Títulos públicos federais</b>		
- Tesouro Nacional	1.167.742	(5.499) 1.162.243
- Carteira própria		
Disponíveis para venda	399.615	(474) 399.141
Vinculados a prestação de garantias		
Disponíveis para venda	768.127	(5.025) 763.102
Composição da carteira de títulos e valores mobiliários por prazo de vencimento:		
	Dezembro 2021	Dezembro 2020
	De 90 dias a 1 ano	Valor de mercado/Contábil
<b>Descrição</b>	<b>Até 90 dias</b>	<b>Valor de mercado/Contábil</b>
<b>Disponíveis para venda</b>	<b>230.977</b>	<b>775.834</b>
<b>Carteira própria</b>	<b>120.511</b>	<b>278.630</b>
Disponíveis para venda		
Carteira própria		
Disponíveis para venda		
Vinculados a prestação de garantias		
Disponíveis para venda		
Carteira própria		
Disponíveis para venda		
Vinculados a prestação de garantias		
Disponíveis para venda		
Carteira própria		
Disponíveis para venda		
Vinculados a prestação de garantias		
Disponíveis para venda		
Carteira própria		
Disponíveis para venda		
Vinculados a prestação de garantias		
Disponíveis para venda		
Carteira própria		
Disponíveis para venda		
Vinculados a prestação de garantias		
Disponíveis para venda		
Carteira própria		
Disponíveis para venda		
Vinculados a prestação de garantias		
Disponíveis para venda		
Carteira própria		
Disponíveis para venda		
Vinculados a prestação de garantias		
Disponíveis para venda		
Carteira própria		
Disponíveis para venda		
Vinculados a prestação de garantias		
Disponíveis para venda		
Carteira própria		
Disponíveis para venda		
Vinculados a prestação de garantias		
Disponíveis para venda		
Carteira própria		
Disponíveis para venda		
Vinculados a prestação de garantias		
Disponíveis para venda		
Carteira própria		
Disponíveis para venda		
Vinculados a prestação de garantias		
Disponíveis para venda		
Carteira própria		
Disponíveis para venda		
Vinculados a prestação de garantias		
Disponíveis para venda		
Carteira própria		
Disponíveis para venda		
Vinculados a prestação de garantias		
Disponíveis para venda		
Carteira própria		
Disponíveis para venda		
Vinculados a prestação de garantias		
Disponíveis para venda		
Carteira própria		
Disponíveis para venda		
Vinculados a prestação de garantias		
Disponíveis para venda		
Carteira própria		
Disponíveis para venda		
Vinculados a prestação de garantias		
Disponíveis para venda		
Carteira própria		
Disponíveis para venda		
Vinculados a prestação de garantias		
Disponíveis para venda		
Carteira própria		
Disponíveis para venda		
Vinculados a prestação de garantias		
Disponíveis para venda		
Carteira própria		
Disponíveis para venda		
Vinculados a prestação de garantias		
Disponíveis para venda		
Carteira própria		
Disponíveis para venda		
Vinculados a prestação de garantias		
Disponíveis para venda		
Carteira própria		
Disponíveis para venda		
Vinculados a prestação de garantias		
Disponíveis para venda		
Carteira própria		
Disponíveis para venda		
Vinculados a prestação de garantias		
Disponíveis para venda		
Carteira própria		
Disponíveis para venda		
Vinculados a prestação de garantias		
Disponíveis para venda		
Carteira própria		
Disponíveis para venda		
Vinculados a prestação de garantias		
Disponíveis para venda		
Carteira própria		
Disponíveis para venda		
Vinculados a prestação de garantias		
Disponíveis para venda		

☆ continuação



# State Street Brasil S.A. - Banco Comercial

CNPJ nº 09.274.232/0001-02  
Avenida Paulista, 283/287 - 12º andar - Bela Vista  
CEP 01311-000 - São Paulo - SP  
Tel.: (11) 3027-5900

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

### 18 | ÍNDICE DE SOLVABILIDADE (BASEILEIA) E LIMITES OPERACIONAIS

O Banco apura seus limites de patrimônio mínimo dentro dos parâmetros estabelecidos pelas Resoluções nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013 do CMN e normativos complementares. O índice de Basileia para 31 de dezembro de 2021 é de 111,43% (123,45% em dezembro de 2020). A tabela abaixo demonstra a apuração do patrimônio de referência mínimo requerido para os ativos ponderados por risco (RWA), cuja alíquota é de 8%:

	Dezembro 2021	Dezembro 2020
RWA para risco de crédito	30.943	20.423
RWA para risco de mercado	34.189	-
RWA para risco operacional	42.778	56.748
<b>Total de ativos ponderados por risco (RWA)</b>	<b>107.910</b>	<b>77.171</b>
<b>Patrimônio de Referência mínimo para o RWA</b>	<b>8.633</b>	<b>6.174</b>
<b>Patrimônio de Referência (PNR)</b>	<b>396.141</b>	<b>413.192</b>
<b>Excesso de patrimônio em relação ao limite</b>	<b>387.508</b>	<b>407.018</b>

### 19 | SEGUROS

O Banco adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

### 20 | GERENCIAMENTOS DE RISCOS

**Gerenciamento do risco de mercado:** O gerenciamento do risco de mercado do Banco segue as diretrizes globais, juntamente com as normas estabelecidas pela Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017 do CMN. Conforme esta resolução, o risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelo Banco. A estrutura de gerenciamento do risco de mercado está pautada em política interna, em que se determinam as responsabilidades, estratégias, processos e metodologias utilizadas para a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do risco, de forma integrada e suportada pelo corpo executivo do Banco. **Gerenciamento do risco operacional:** O gerenciamento de risco operacional do Banco segue as diretrizes globais, juntamente com as normas estabelecidas pela Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017 do CMN. Conforme esta resolução, o risco operacional é definido como a possibilidade de perdas que sejam resultantes de falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas, bem como de eventos externos. A estrutura de gerenciamento do risco operacional está pautada em política interna, em que se determinam as responsabilidades, estratégias, processos e metodologias utilizadas para a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do risco, de forma integrada e suportada pelo corpo executivo do Banco. **Gerenciamento do risco de crédito:** O Banco está ciente sobre as implicações e regulamentação da Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017 do CMN, a qual diz respeito ao cumprimento das responsabilidades, estratégias e metodologias utilizadas para a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos de crédito, mediante a supervisão

da diretoria executiva do Banco. A estrutura de gerenciamento do risco de crédito está pautada em política interna, em que se determinam limites operacionais, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis considerados aceitáveis pela administração do Banco. **Gestão de risco de liquidez:** O gerenciamento do risco de liquidez do Banco segue as diretrizes globais, juntamente com as normas estabelecidas pela Resolução CMN 4.557, de 23 de fevereiro de 2017. Conforme esta resolução, o risco de liquidez é definido como a possibilidade do Banco não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade do Banco não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez está pautada em política interna, em que se determinam as responsabilidades, estratégias, processos e metodologias utilizadas para a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do risco, de forma integrada e suportada pelo corpo executivo do Banco. **Gestão de capital:** O Banco, atendendo às disposições da Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017 do CMN, possui estrutura de Gerenciamento de Capital capacitada a executar processos consistentes de avaliação de capital interno, de modo a assegurar que o Banco possua capital suficiente para fazer frente aos riscos que incorre em seus negócios, e a estabelecer metas de capital que sejam proporcionais ao perfil de risco do Banco e ao seu ambiente de controle. O gerenciamento e os controles relacionados ao capital mantido pelo Banco

são baseados na identificação e avaliação de riscos relevantes ao capital, na simulação de eventos severos e condições extremas de mercado, em projeções e metas de capital e na formalização de relatórios gerenciais periódicos enviados à diretoria. Para maiores informações relacionadas a gerenciamos de riscos, que não se encontram nesta nota, visite o site: <http://www.statestreet.com/utility/brazil/legal-disclosure-english.html>

### 21 | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

**Efeitos da COVID-19 nas demonstrações financeiras:** A Administração do Banco acompanha as recomendações do Ministério da Saúde, das autoridades Federais, Municipais e Estaduais, assim como os normativos do Banco Central do Brasil e Receita Federal do Brasil que tratam os efeitos da pandemia COVID-19, além daquelas emitidas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), desde o dia 11 de março de 2020. Para a preservação da segurança e saúde dos colaboradores, seus familiares, prestadores de serviços e clientes, o Banco trabalha, em quase sua totalidade, de forma remota. Até o momento, não foi identificado impacto negativo e relevante nas demonstrações financeiras em virtude dos efeitos da COVID-19.

### 22 | RESULTADOS NÃO RECORRENTES

Conforme disposto na Resolução BCB nº 02/2020, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas do Banco e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Em dezembro de 2021 o Banco não teve resultado de operações não recorrentes.

Praxitelis Theodoropoulos - Diretor Presidente

João Luiz Macedo - Diretor Executivo e Contador - CRC 1SP264395/O-0

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas do **State Street Brasil S.A. - Banco Comercial.** **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras do State Street Brasil S.A. - Banco Comercial ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do State Street Brasil S.A. - Banco Comercial em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração do Banco é responsável por essas

outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações**

**financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e

respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 02 de março de 2022

**ERNST & YOUNG**  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP034519/O-6

Patrícia de Paula da Silva Paz  
Contadora - CRC- 1SP198827/O-3



Documento assinado digitalmente  
conforme MP nº 2.200-2 de  
24/08/2001, que institui a Infraestrutura  
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Certificado por Editora Globo SA  
04067191000160 em 08/03/2022 18:10

A autenticidade deste documento  
pode ser conferida através do QR Code  
ou pelo link  
<http://valor.globo.com/valor-ri/>

Hash: 16466874084f3b16d4c81746eb9bf097fc8734ad48